

O problema da globalização*

DAVID HARVEY

Nos últimos vinte anos o termo “globalização” tornou-se uma palavra-chave para organizar nosso pensamento sobre o funcionamento do mundo. Como e por que chegou a ocupar um lugar assim central no nosso vocabulário é uma história muito interessante.

Quero aqui, antes de tudo, analisar as implicações teóricas e políticas dessa mudança de linguagem. Mas começarei com duas séries de questões para esclarecer aquilo que parece ser uma importante mudança política nos discursos ocidentais (mesmo se não necessariamente na realidade), inclusive nos do movimento socialista.

1. Por qual razão o termo “globalização” entrou em nossos discursos de maneira assim massiva? O que provocou esse fenômeno e por quê? Que significado atribuir ao fato de que, mesmo entre muitos “progressistas” ou “de esquerda” no mundo do capitalismo avançado, algumas palavras como “imperialismo”, “colonialismo” e “neocolonialismo” foram progressivamente ignoradas em favor do termo “globalização” como instrumento para organizar o pensamento e estruturar alternativas políticas?

2. De que maneira o conceito de globalização tem sido usado politicamente? A adoção do termo implica, talvez, uma confissão de impotência por parte dos movimentos operários nacionais, regionais ou locais? A potência do termo tem talvez operado como dissolvente no que diz respeito às ações políticas em escala local ou ainda nacional? E os movimentos operários locais e nacionais tornaram-se hoje engrenagens tão insignificantes na vasta máquina infernal do capitalismo internacional, de modo a não se ter nenhum espaço para manobra política em qualquer parte?

Visto por tal perspectiva, o termo “globalização”, com todos os seus anexos, parece exigir um preço político muito caro. Mas, antes de refutá-lo ou abandoná-lo para sempre, talvez seja útil analisar a fundo suas implicações e trazer algum esclarecimento, seja

no plano teórico seja no político, com uma breve história sobre o seu uso.

Permitam-me iniciar com uma sugestão: vermos a globalização como um processo antes de vê-la como uma condição econômico-política recentemente verificada. Vê-la dessa maneira não significa que o processo seja constante, e nem mesmo nos impede de afirmar que o processo entrou num período radicalmente novo, ou evoluiu para um estágio particular ou com certeza “final”. Uma definição em termos de processo permite refletir sobre como a globalização é vista e procede.

Sem dúvida, desde 1492 até aqui, o processo de globalização do capitalismo tem avançado e sempre se revestiu da máxima importância na sua dinâmica. De fato, a globalização sempre fez parte do desenvolvimento capitalista desde o início. E é importante entender as razões. A acumulação do capital teve sempre uma importante dimensão geográfica e espacial. Sem as possibilidades abertas pela expansão geográfica, pela reorganização espacial e pelo desigual desenvolvimento geográfico, o capitalismo teria cessado há muito tempo de funcionar como um sistema político-econômico integrado. Esse perpétuo girar em torno daquilo que eu defino como o “nó espacial” das contradições capitalistas criou uma geografia histórica global de acumulação de capital que devemos procurar entender a fundo.

Marx e Engels salientaram a questão no *Manifesto*. A indústria moderna cria não só o mercado mundial — escrevem —, mas também a necessidade de um mercado em constante expansão, “a burguesia invade todo o globo” para “estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte”.

Eles prosseguem:

Pela exploração do mercado mundial a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, retirou à indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, indústrias que não empregam mais matérias-primas

* Publicado originalmente em *Marxismo Oggi. Rivista Quadrimestrale di cultura e politica*, n.º 2, Milão, Teti Editore, maio-agosto, 1996, pp. 125-140. Tradução de Fátima Cabral; revisão técnica de Giuliana Ratti.

locais, mas matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não só no próprio país, mas também em todas as partes do globo. No lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades, que exigem para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos. No lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si mesmas, desenvolve-se um intercâmbio universal, uma interdependência universal das nações. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se propriedade comum de todas. A estreiteza e o exclusivismo nacional tornam-se cada vez mais impossíveis; das inúmeras literaturas nacionais e locais, nasce uma literatura universal.

Se essa não é uma descrição precisa da globalização, é difícil imaginar uma outra. É precisamente sobre a base dessa análise nasceu o imperativo “trabalhadores de todos os países, uni-vos”, como uma condição necessária para a revolução anticapitalista e socialista.

Depois de Marx e Engels foram elaboradas várias interpretações da estruturação geográfica do capitalismo (a teoria de Lênin sobre o imperialismo, a posição de Rosa Luxemburg sobre o imperialismo como salvação da acumulação capitalista, as teses de Mao sobre as contradições primárias e secundárias na luta de classes). Essas teses foram sucessivamente integradas a outras, mais sintéticas, sobre a acumulação em escala mundial (Amin), sobre a produção de um sistema mundial capitalista (Wallerstein), sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento (Frank e Rodney). Enquanto as idéias e as práticas políticas marxistas se difundiam em todo o globo (em um processo paralelo de globalização da luta de classes), apareciam inumeráveis motivos de resistências às invasões e fissuras provocadas pelo capitalismo. Um pequeno grupo de pensadores e políticos fixou a própria atenção nas diferenças regionais e nos processos urbanos como parte de um desigual desenvolvimento geográfico do capitalismo (sejam as forças produtivas, sejam as relações sociais) no espaço.

O efeito desse processo é o reconhecimento do fato de que a base da luta de classes é freqüentemente específica de um lugar, e que o universalismo a que o socialismo aspira deve construir-se negociando entre necessidades, aspirações e interesses que são diversos segundo os lugares. Como bem compreendeu Raymond Williams, a base das políticas socialistas consiste naquilo que ele chama de “particularismo militante”, que assim entendia:

O caráter único e extraordinário da auto-organização da classe operária [...] é colocar em relação as lutas particulares com a luta geral de uma maneira especial. Os trabalhadores conseguiram, como movimento, concretizar aquilo que à primeira vista parece quase irrealizável, isto é, que a defesa e o avanço de certos interesses particulares, sustentados juntos de maneira apropriada, são de fato de interesse geral.

A conseqüência, que muitos socialistas são talvez renitentes em aceitar, é a seguinte:

Uma nova teoria do socialismo deve ter hoje como ponto central o espaço. Precisa recordar a velha afirmação de que o proletariado não tinha pátria, o que o diferenciava das classes detentoras da propriedade. Mas o espaço hoje tornou-se um elemento crucial no processo de soldagem — talvez mais para a classe operária que para os capitalistas —, a causa da explosão da economia internacional e dos efeitos destrutivos da desindustrialização nas velhas comunidades. Quando o capital se move, a importância do espaço se torna muito mais clara.

Não é minha intenção fazer aqui a resenha de toda a vasta literatura que se ocupa dos aspectos espaciais e geográficos do desenvolvimento capitalista (considerando-se que isso fosse possível). Mas penso que é importante reconhecer uma série de tensões e de compromissos às vezes incômodos no interior da tradição marxista, que versam sobre a interpretação teórica e política das dinâmicas geográficas da acumulação capitalista e da luta de classes. Quando, por exemplo, Lênin e Rosa Luxemburg se confrontavam sobre questões nacionais, ou na vasta controvérsia sobre a possibilidade do socialismo num só país (ou talvez em uma só cidade), quando a Segunda Internacional veio a pactuar com o nacionalismo por ocasião da Primeira Guerra Mundial, e sucessivamente a Komintern forneceu diversas e inconstantes interpretações do princípio do internacionalismo, o movimento social-comunista não mais conseguiu elaborar — em via política ou teórica — uma própria e satisfatória interpretação das dinâmicas geográficas da acumulação capitalista e dos fundamentos geopolíticos da luta de classes.

Uma análise acurada da retórica do *Manifesto* indica uma das principais origens do dilema. Enquanto é claro na passagem citada que a pretensão burguesa de domínio de classe era um assunto geográfico, o quase imediato retorno no texto a um motivo puramente temporal e diacrônico é verdadeiramente impressionante. Torna-se muito difícil ser dialético nos

confrontos do espaço, deixando muitos marxistas de fato constrangidos em seguir Feuerbach, que pensa que o tempo “é a categoria privilegiada pelos dialéticos; enquanto este exclui e subordina, o espaço tolera e coordena”. Até a expressão “materialismo histórico” — agrada-me notar — reduz o significado da geografia, e lutei nos últimos anos para o reconhecimento da idéia de um “materialismo histórico- geográfico”, na convicção de que a mudança de terminologia nos induz a olhar com maior flexibilidade e — espero — também com maior empenho o significado de classes de processos como a globalização e o desigual desenvolvimento geográfico. No meu trabalho cotidiano esforço-me para aplicar a dialética ao conceito de espaço-temporalidade (e a fusão dos dois termos parece-me bastante significativa) precisamente porque julgo evidente a necessidade de utilizar instrumentos mais sofisticados para procurar entender — se não resolver politicamente — a tensão interna às várias elaborações marxistas entre aquilo que muitas vezes degenera ou numa teleologia temporal de triunfalismo classista (agora por outro lado amplamente negado pelo triunfalismo da burguesia que proclama o fim da história) ou numa — se supõe — incoerente e incontrolada fragmentação geográfica da luta de classes e de outras formas de luta social em cada ângulo mínimo do mundo capitalista.

Na prática, até mesmo as prestações de contas diacrônicas das lutas de classes são para a maioria vinculadas territorialmente, ainda que não nos preocupe muito justificar as divisões geográficas sobre as quais são baseadas. Assim, temos inúmeras análises da formação da classe operária inglesa, francesa, alemã, italiana, catalã, sul-coreana ou sul-africana como se fossem entidades geográficas naturais. A atenção se centra sobre o desenvolvimento das classes no interior de determinadas áreas bem definidas que, se observadas mais de perto, se revelam como um espa-

Que significado atribuir ao fato de que, mesmo entre muitos “progressistas” ou “de esquerda” no mundo do capitalismo avançado, algumas palavras como “imperialismo”, “colonialismo” e “neocolonialismo” foram progressivamente ignoradas em favor do termo “globalização” como instrumento para organizar o pensamento e estruturar alternativas políticas?

ço no interior de um espaço internacional de fluxo de capitais, trabalho, informação por sua vez resultante de inúmeros espaços menores, cada um com as próprias características. Se analisarmos em profundidade o que é descrito no clássico de Edward Thompson, *The Making of the English Working Class*, veremos que se trata de uma série de acontecimentos localizados com precisão e com freqüência só vagamente reportados no espaço. Foster talvez tenha tornado um pouco mecânicas as diferenças na sua intervenção sobre *Class Struggle in the Industrial Revolution*,

mas acredito que seja inegável que a estrutura de classe, a consciência de classe e a relativa política de Oldham, Northampton e South Shields (como poderia ser Colmar, Lille e St. Etienne, ou mesmo Minneapolis, Mobile e Lowell) foram construídas sob base diversa e funcionavam de maneira distinta, tornando a diferença geográfica no interior do Estado nacional um elemento mais importante do que a maioria dos estudiosos esteja disposta a admitir. Essa maneira de pensar está familiarmente perpetuada nos estudos marxistas sobre o capital, que fazem parecer que não havia dis-

tintas versões — alemão, inglês, japonês, americano, sueco ou brasileiro (talvez também fragmentado em ulteriores regionalismos, como o Norte contra o Sul na Itália, Brasil ou Grã-Bretanha) — todos em competições uns com os outros no interior de um espaço econômico global. Essa tensão interna à tradição marxista é assim enfrentada. De uma parte, são relações privadas de definições espacial e geograficamente indiferenciadas (e nestes tempos têm caráter mais teórico, mesmo que ainda possam se encontrar versões polêmicas e políticas) que entendem o desenvolvimento capitalista como um puro processo temporal.

A luta de classes é descrita como um fato de exploração de uma classe sobre outra e a história é vista como o resultado dessa luta. De outra parte, existem exposições geográficas nas quais as alianças de classes

(que às vezes incluem uma classe operária caracterizada por aquilo que Lênin condenava como uma limitada consciência sindical) se formam em lugares determinados a fim de desfrutar de alianças de classes num outro lugar. A justificacão teórica de uma análise que coloca sobre um mesmo plano a exploração de uma classe por outra e a exploração de um lugar por outro não é mais tida como muito convincente. E o postulado de que as lutas para liberar os espaços (os movimentos de libertação nacional, por exemplo) são progressistas e vão no mesmo sentido das lutas de classes não resulta muito convincente para uma análise mais fechada. Existem de fato vários exemplos que confundem um tipo de luta com outro. Como podemos então resolver o problema?

Um dos elementos que o termo “globalização” hoje coloca em evidência é — acredito — a profunda reorganização geográfica do capitalismo, de modo que muitos dos pressupostos acerca das unidades geográficas “naturais” no interior das quais se desenvolve a trajetória histórica do capitalismo se tornam sempre menos significativos (se nunca o foram). Estamos hoje diante da oportunidade histórica de enfrentar o problema da geografia do capitalismo, de ver a produção do espaço como momento constitutivo no interior das dinâmicas da acumulação do capital e da luta de classes. Num certo sentido, é para o marxismo a oportunidade de emancipar-se de uma prisão no interior de uma espacialidade escondida, que teve o obscuro poder de determinar a lógica do nosso pensamento e do nosso agir político. Poder-se-á assim também entender melhor como as lutas de classes e as lutas interesaciais podem confundir-se e confrontar-se com a capacidade do capitalismo de limitar a luta de classes através do princípio do *divide et impera* geográfico das próprias lutas. Por outra parte, temos a possibilidade de compreender as contradições espaço-temporais inerentes ao capitalismo e — com a certeza dessa compreensão — colocar-nos em melhor situação para aproveitar o menor vínculo e fazer explodir os piores horrores do capitalismo, sempre inclinado à destruição violenta, ainda que “criativa”.

De que maneira podemos, então, nos comportar no plano político e no teórico?

Começo com as propostas mais simples que posso encontrar. Existem tensões duplas, profundamente radicadas no processo de circulação do capital, que periódica e inelutavelmente afloram como momentos de forte contradição.

Primeiro: o capitalismo se vê levado pelo impulso de acelerar o tempo de *turn-over* para tornar mais veloz a circulação de capital e com isso revolucionar os horizontes temporais do desenvolvimento. Mas só pode fazê-lo com investimentos a longo prazo (por exemplo, para modificar o ambiente, para construir as infra-estruturas necessárias à produção, ao consumo, à troca, à comunicação, etc.). Uma estratégia muito conhecida para evitar as crises, por sua vez, é aquela de absorver o capital superacumulado usando-o para projetos a longo prazo (as famosas “obras públicas” lançadas pelo Estado em períodos de depressão, por exemplo), mas isso desacelera o tempo de *turn-over* do capital. Em conseqüência, existe um extraordinário aparato de contradições que versam sobre questões do horizonte temporal dentro do qual funcionam os diversos tipos de capital. Historicamente, mas também os nossos dias não são exceção, a tensão é expressa nas contradições entre dinheiro e capital financeiro de uma parte e, de outra, o capital comercial, da manufatura, da agricultura, das informações, das construções, dos serviços e do Estado. Mas podem surgir contradições também entre singulares divisões, por exemplo, entre moeda e mercado de bolsas, ou entre agricultores e especuladores. Existe, por outra parte, toda uma série de mecanismos que permitem coordenar as dinâmicas capitalistas operantes sobre diversas escalas e ritmos temporais. Mas o desenvolvimento desigual de tempos de *turn-over* e temporalidade, do tipo resultante da recente implosão dos horizontes temporais no poderosíssimo setor financeiro, pode criar uma indesejada compressão temporal, capaz de colocar severamente sob *stress* as outras divisões do capital, inclusive naturalmente aquele integrado no Estado. E resulta óbvio que o *stress* se exercitará de maneira ainda mais severa sobre os trabalhadores e sobre todo o setor da reprodução sócio-ecológica. Esse tem sido um dos pontos cruciais da economia política nos últimos vinte anos.

Segundo: o capitalismo é levado a eliminar todas as barreiras espaciais e “aniquilar o espaço através do tempo”, como disse Marx, mas só o pode fazer por meio da produção de um espaço fixo. O capitalismo, por isso, produz uma determinada paisagem geográfica (em termos de relações de espaço, de organização territorial e de sistemas de lugares correlatos em uma divisão “global” do trabalho e das funções) apta à sua dinâmica de acumulação de um dado momento da sua história, para depois destruí-la e reconstruí-la para adaptar-se à acumulação em um momento sucessivo.

Nesse processo se distinguem diversos aspectos:

a) reduzir custos e tempos dos deslocamentos no espaço tem sido sempre um ponto central da inovação tecnológica. Barragens, canais, ferrovias, automóveis, aviões a jato têm progressivamente facilitado o movimento de mercadorias e pessoas frente às restrições da distância. Inovações paralelas no sistema postal, o telégrafo, o rádio, as telecomunicações e agora a rede informática mundial reduziram os custos das transferências das informações até quase a zero;

b) a construção de infra-estruturas físicas fixas destinadas a facilitar o movimento de pessoas e mercadorias, assim como as atividades de produção, de troca, de distribuição e consumo, exercem forças diferentes sobre a paisagem geográfica. Uma cota sempre maior de capital é fixada no espaço, criando uma “segunda natureza” e uma estrutura de recursos organizados sob base geográfica, que inibe sempre

mais a trajetória do desenvolvimento capitalista. A idéia de que alguma coisa em uma noite faça sumir a infra-estrutura urbana de Tokio-Yokohama ou de New York para recomençar tudo de novo é simplesmente ridícula. O efeito é tornar sempre mais esclerosada a paisagem geográfica do capitalismo, criando assim uma forte contradição com a crescente liberdade de movimento;

c) o terceiro elemento é a construção da organização territorial: em primeiro lugar (se não somente) o poder do Estado de cunhar moeda, legislar, exercitar ação política e monopolizar os meios de coerção e pressão segundo um querer soberano. Há de qualquer modo várias teorias marxistas do Estado — muitas das quais empenhadas num insano grau de abstração da história e da geografia — que consideram Estados como o Gabão e a Libéria no mesmo plano da Alemanha ou dos Estados Unidos, ignorando o fato de que a maior parte das fronteiras dos Estados existentes no mundo foi traçada entre 1870 e 1925 (e uma boa metade foi resolvida arbitrariamente e unilateralmente pela França e Inglaterra). A maioria dos Estados existentes se tornou independente só depois de 1945. Assim, por

Nos últimos vinte anos o termo “globalização” tornou-se uma palavra-chave para organizar nosso pensamento sobre o funcionamento do mundo. Como e por que chegou a ocupar um lugar assim central no nosso vocabulário é uma história muito interessante.

ser verdade que o Tratado de Westfália estabeleceu pela primeira vez o princípio de que no mundo capitalista podem coexistir Estados soberanos independentes, que reciprocamente reconhecem plena autonomia e integridade territoriais, o processo que leva a globalizar a organização territorial do mundo com base naquele princípio tem exigido vários séculos para completar-se (não sem uma boa dose de violência). E os processos que deram lugar àquele sistema podem, entretanto, facilmente dissol-

vê-lo, como alguns observadores afirmam estar acontecendo. Logo, ocorre entender os processos de formações e dissoluções dos Estados em termos de processo de globalização. Descobre-se então um processo de territorialização, de desterritorialização e de reterritorialização continuamente em ato através da geografia histórica do capitalismo.

De posse desses conceitos é possível — acredito

— entender mais a fundo o processo de globalização como um processo de produção de desigualdade temporal e geográfica no desenvolvimento. E, como espero poder demonstrar, a mudança de linguagem pode ter sadias conseqüências políticas, abandonando-se o tremendo pessimismo que Perry Anderson propôs e reportando-nos à discussão de algumas tangíveis possibilidades políticas.

Tendo bem presente tudo isso, voltemos àquilo que o termo “globalização” pode significar e por isso assumiu tanta importância recentemente. Antes de tudo, existem três elementos para evidenciar:

1. A *desregulação* financeira se iniciou nos Estados Unidos nos primeiros anos da década de setenta como resposta forçada à estagflação interna e à queda do sistema de Bretton Woods que controlava o comércio e as trocas internacionais (devido em boa parte ao crescimento não-controlado do mercado dos eurodólares). Penso que é importante reconhecer que a onda de *desregulação* financeira não foi tanto uma deliberada estratégia do capital, mas uma concessão à realidade, mesmo se certos segmentos do capital ga-

nharam mais que outros. Mas se Bretton Woods era um sistema global, aquilo que aconteceu realmente foi a passagem de um sistema global largamente controlado pelos Estados Unidos para um outro sistema global mais descentralizado e coordenado por meio do mercado, com o efeito de tornar as condições financeiras do capitalismo muito mais instáveis e volúveis. A retórica que acompanhou essa mudança é largamente responsável por ter apresentado o termo “globalização” num sentido enormemente positivo. Nos meus momentos mais cínicos, me pego a pensar que foi a imprensa financeira, a tapear tudo em volta (me incluo), fazendo-nos crer que a “globalização” era uma novidade, enquanto não era mais do que um truque publicitário para realizar melhor os ajustamentos necessários ao sistema financeiro internacional.

2. O sistema de comunicação de massa e sobretudo a assim dita “revolução informática” têm introduzido mudanças significativas nas organizações da produção e do consumo e na definição de necessidades e exigências totalmente novas. A “desmaterialização do espaço” teve origem no interior do aparato militar, mas foi imediatamente retomada pelas instituições financeiras e de capital internacional como meio para coordenar instantaneamente as suas atividades no espaço. Teve o efeito de formar um assim dito “cyber-espaço” no qual realizou certos tipos de importantes transações, sobretudo as financeiras e especulativas. Mas chegamos também a ver guerras e revoluções ao vivo pela televisão e encontramos um espaço mediático que implodia num mundo em que a monopolização do poder dado pelos *mass media* tornava-se um problema sempre mais grave.

A idéia de uma “revolução da informação” está potentemente presente em nossos dias. É bastante fácil exagerá-la.

A novidade causa uma notável impressão, mas em seu tempo também as ferrovias e o telégrafo, o automóvel, o rádio e a televisão causaram de fato uma impressão não menor. Tais exemplos são instrutivos, na medida em que cada um deles, à sua própria maneira, mudou o mundo, a política, as relações sociais entre os homens e até as relações entre as coisas. É claro que as relações entre vida e trabalho, no interior dos postos de trabalho, nas formas culturais, estão mudando muito rapidamente em resposta à tecnologia informática. É interessante notar que isso constituiu um elemento importante do programa político da di-

reita nos EUA. As novas tecnologias — afirma Newt Gingrich (com o aval de Alvin Toffler, cujo utopismo de direita se funda na idéia de uma terceira onda revolucionária informática) — são intrinsecamente emancipadoras, mas a fim de liberar as forças libertadoras das correntes políticas é necessário realizar uma revolução que desmantele todas as instituições da sociedade industrial de “segunda onda”, a intervenção governamental, o Estado de bem-estar, a contradição coletiva dos salários, etc. Essa é uma versão vulgar da idéia marxista de que as mudanças nas forças produtivas incidem sobre realizações sociais e não devemos perder de vista a história.

3. Custos e tempos de transporte das mercadorias são também diminuídos de maneira notabilíssima, em outra daquelas mudanças que são periodicamente verificadas na história do capitalismo.

Essas três mudanças no processo de globalização vêm acompanhadas de outras importantes mudanças que delas derivam:

1) a produção e as formas organizativas do capital — sobretudo a multinacional — mudaram, aproveitando-se plenamente das reduções dos custos no deslocamento de mercadorias e informações. A deslocalização da produção — já iniciada nos anos sessenta — de repente generalizou-se. A dispersão geográfica e a fragmentação dos sistemas produtivos, da divisão do trabalho e das especializações das funções, se deram *pari passu* ao aumento da centralização do poder das grandes corporações. Elas detêm hoje em medida maior o poder de dominar o espaço, tornando cada lugar sempre mais vulnerável a seus caprichos. A televisão global, o automóvel global tornaram-se um aspecto cotidiano da vida político-econômica. Fechar uma fábrica em um lugar para abrir uma outra em qualquer outro tornou-se uma história também muito familiar — existem produções em larga escala que foram deslocadas quatro ou cinco vezes nos últimos vinte anos;

2) a força de trabalho assalariada do mundo é mais do que duplicada em menos de vinte anos. Isso se deve em parte ao rápido aumento da população, mas também porque foram levados ao trabalho assalariado estratos sempre mais amplos da população mundial, por exemplo na Coreia do Sul, Taiwan, na África e também no ex-bloco soviético. O proletariado global é agora muito mais amplo do que nunca, mas geograficamente disperso e por isso difícil de organizar;

3) também a população global está em movimento.

Os EUA têm hoje a mais alta proporção de cidadãos de origem estrangeira nascidos no país desde 1920 e, não obstante todas as tentativas de bloqueio, parece impossível deter o fluxo migratório. Os limites dos Estados são mais permeáveis ao capital que ao trabalho e às pessoas, mas em cada caso são suficientes. Londres, Paris, Roma têm hoje muito mais imigrantes do que no passado e a imigração tornou-se um problema delicado em todos os lugares. Organizar a força de trabalho diante de notáveis diversidades étnicas e culturais se torna um problema de dimensões particulares;

4) a urbanização foi rapidamente convertida em hiperurbanização, sobretudo depois de 1950, quando o ritmo acelerado da urbanização deu lugar a uma importante revolução ecológica, política, econômica e social na organização espacial da população mundial. A proporção de populações urbanas a nível mundial é duplicada em trinta anos e hoje se pode observar uma maciça concentração espacial numa escala antes considerada inconcebível. Organizar a luta de classes, em Manchester ou Chicago nos anos de 1870 era uma questão muito diferente de organizar hoje as massas de São Paulo, Lagos, Shanghai ou Bombaim, com os seus vinte milhões de habitantes;

5) a territorialização do mundo mudou não só porque terminou a guerra fria. Talvez o elemento mais importante tenha sido o diferente papel do Estado, que perdeu alguns (se não todos) os poderes tradicionais para o controle da mobilidade do capital, sobretudo financeiro e monetário. As atividades estatais foram então mais estreitamente submetidas ao capital financeiro. Às operações foi atribuído o nome de ajustamento estrutural e austeridade fiscal, e o Estado assumiu a tarefa de criar um clima favorável aos negócios. A “tese da globalização” tornou-se um poderoso instrumento ideológico para golpear os socialistas, o Estado social, os nacionalismos, etc. Quando o Labour Party inglês foi forçado a sucumbir aos ditames do FMI e a aceitar a austeridade, tornou-se evidente que existiam limites à soberania nacional em matéria de política fiscal (uma situação que também os franceses foram forçados a reconhecer depois de 1981). As medidas do *Welfare* para os menos afortunados foram largamente substituídas por subvenções públicas ao capital (a Mercedes Benz recentemente recebeu uma subvenção de duzentos e cinquenta milhões de dólares do estado do Alabama para instalar-se lá);

6) mas enquanto cada Estado perdeu alguns dos seus poderes, aquilo que eu chamo de democratização geopolítica criou nova oportunidade. Tornou-se mais difícil para os poderes ocultos exercer a disciplina sobre os outros, enquanto para os poderes periféricos tornou-se mais fácil se inserir no jogo das competições capitalistas. O poder financeiro é “cínico e nivelador”, mas — como observa Marx — dele deriva uma potente antinomia. Enquanto qualitativamente “a moeda não sofre limites à sua eficácia”, os limites quantitativos à moeda disponível nas mãos dos indivíduos (e dos Estados) aumentam ou diminuem de maneira importante o poder na sociedade. Graças à *desregulação* financeira, por exemplo, foi impossível evitar que o Japão exercesse uma grande influência na sua qualidade de maior poder financeiro. Os Estados foram depois forçados a se preocupar com sua competitividade (um tema secundário que se tornou muito importante). Os Estados competitivos podem obter bons resultados no interior da competição mundial — e isso significa que Estados caracterizados por baixos salários e forte disciplina freqüentemente o fazem melhor do que outros. O controle da força de trabalho tornou-se por isso um problema ideológico vital, repelindo defensivamente as argumentações *lato sensu* socialistas.

Consideradas as tendências atuais, podem-se colocar duas questões mais amplas. Enquanto todos estão de acordo — acredito eu — sobre as mudanças qualitativas que se verificaram, o que devemos realmente discutir é se essas mudanças quantitativas são bastante grandes e sinérgicas para nos situar numa era qualitativamente nova do desenvolvimento capitalista, que exige uma revisão radical dos nossos conceitos teóricos e dos nossos aparatos políticos (para não falar das nossas aspirações). A idéia de que seja esse o caso é indicada principalmente por todos os “pós” que vemos a nosso redor: pós-industrialismo, pós-modernismo, pós-estruturalismo. Podemos dizer então que houve uma transformação qualitativa forjada nas bases das mudanças quantitativas? A minha resposta pessoal é um “sim”, imediatamente acompanhado da afirmação de que não se verificou nenhuma revolução fundamental nos modos de produção e nas relações sociais que dele derivam, e que, se existe algum *trend* qualitativo real, ele se dirige para a reafirmação dos valores capitalistas típicos do século XIX, acompanhada por uma inclinação do século XXI para uma deliberada marginalização de largos segmentos da população mundial a respeito

das dinâmicas de base da acumulação do capital.

Se se quer tomar seriamente a hipótese de uma limitada mudança qualitativa, é preciso discutir como reformar seja a teoria, seja a política. E aqui a minha proposta de passar do termo “globalização” ao de “desigual desenvolvimento espaço-temporal” do capitalismo assume toda sua relevância.

O primeiro ponto que a esquerda deve levar em consideração em todas essas mudanças é que a posição relativamente privilegiada da força de trabalho nos países de capitalismo avançado foi há muito reduzida no que diz respeito às condições de trabalho no resto do mundo. Um segundo ponto diz respeito às condições de vida no capitalismo avançado, que tem experimentado a plena discrepância da capacidade de “destruição criativa” do capital, o que torna extremamente fracas as perspectivas econômicas locais, regionais e nacionais (a cidade que está em pleno *boom* este ano pode tornar-se zona de depressão no ano seguinte). A esquerda justifica essa situação declarando que a mão oculta do mercado conseguirá em definitivo o benefício para todos, porque tem a mesma ingerência possível por parte do Estado (e, deveriam acrescentar, mas normalmente não o fazem, por parte dos monopólios). É uma forma “vulgar” de argumentação econômica, mas deveríamos estar conscientes do grande poder das argumentações vulgares e da importância ideológica de nova posição da direita, que vê as mudanças nas forças produtivas como apelo a políticas revolucionárias.

O movimento socialista deve decidir que uso fazer dessas possibilidades revolucionárias, não só como instrumentos de organização da luta de classes, mas também para a construção de uma sociedade socialista ecologicamente consciente. Mas, ainda mais significativamente, o movimento socialista deve enfrentar as ondas extremamente poderosas do desigual desenvolvimento espaço-temporal que torna assim precária e difícil a organização. Todavia, exatamente no mesmo sentido em que Marx via a necessidade de que todos os trabalhadores do mundo se unissem contra

a globalização da burguesia, assim o movimento socialista deve encontrar a mesma flexibilidade demonstrada pelo capitalismo seja no campo teórico, seja na prática política.

Acredito que exista uma maneira útil para se começar a pensar nesse sentido. Devemos, antes de tudo, perguntar-nos em que parte começar com a luta anticapitalista. A resposta é: em toda parte. Não existe uma só região no mundo na qual não se possam encontrar manifestações de ódio e de descontentamento contra o sistema capitalista, e em certos lugares os

Não existe uma só região no mundo na qual não se possa encontrar manifestações de ódio e de descontentamento contra o sistema capitalista, e em certos lugares os movimentos anticapitalistas estão solidamente implantados.

movimentos anticapitalistas estão solidamente implantados. Certos “particularismos militantes” locais (e aqui retorno deliberadamente à frase de Raymond Williams) são encontrados em toda parte: das milícias dos bosques de Michigan, que são violentamente contra o capitalismo e as grandes corporações, mas também fechadas e racistas, até os

movimentos de índios brasileiros contrários aos projetos de desenvolvimento do Banco Mundial. Se analisamos com cuidado os interstícios do desigual desenvolvimento espaço-temporal do capitalismo, encontraremos um autêntico fermento de oposições. Mas elas, ainda que militantes, freqüentemente são particularistas, às vezes de maneira extrema. Falta coesão e direção, a ação de umas vai confundir-se ou chocar-se com a de outras, e assim se torna até muito fácil para os interesses dos capitalistas conseguir dominar na base do *divide et impera*.

Historicamente, a força do movimento marxista consiste em conseguir coordenar lutas diversas com objetivos vários e divergentes, convergindo-as no sentido de um movimento anticapitalista universal com um objetivo global. Inspirando-se nessa tradição, podemos nuclear alguns argumentos que parecem particularmente adaptados à conjuntura atual. O trabalho de síntese deve continuar, dado que o terreno de luta está em perpétuo movimento seguindo as mudanças da dinâmica capitalista e das condições globais. A tradição marxista tem uma imensa contribuição a dar nesse trabalho de síntese, porque tem introduzido os instrumentos que permitem recuperar aquilo que é comum no interior de multiplicidades e diferenças, e

de identificar as condições primárias, secundárias e terciárias das opressões e da exploração. Esse trabalho está hoje renovado.

Hoje devemos antes de tudo entender a produção do desigual desenvolvimento espaço-temporal e as intensas contradições que existem nesse campo, não só para as trajetórias do desenvolvimento capitalista (que incluem uma boa mistura de autodestruição, desvalorização e bancarrota), mas também para as populações sempre mais vulneráveis à violência do desemprego e da miséria, ao colapso dos serviços, à degradação da qualidade de vida e do ambiente. É necessário superar os particularismos, salientar os modelos e estender as análises até abraçar toda uma multiplicidade de problemas.

Devemos demonstrar como problemas tão diversos como a aids, o efeito estufa e a degradação ambiental, a destruição das tradições culturais locais são sobretudo questões de classe, e como a formação de uma comunidade no processo de luta de classes pode aliviar as condições de opressão na medida em que abrange um vasto espectro de situações sociais. Esta não é uma defesa do pluralismo, quero sublinhar, mas um instrumento do qual temos necessidade para desvelar o conteúdo de classe de uma ampla série de ações anticapitalistas. "Todos por um e um por todos" continua sendo um *slogan* vital para qualquer ação política que se queira eficaz. Esse trabalho de síntese deve, todavia, tornar a radicar-se nas condições orgânicas da vida cotidiana. Isso não significa abandonar as abstrações que Marx e os marxistas nos deixaram como herança, mas revalorizar tais abstrações mergulhando-as na lutas populares, algumas das quais podem não parecer proletárias no sentido tradicionalmente dado a esse termo. A esse propósito, o marxismo deve combater as próprias tendências internas à esclerose, o próprio capital fixo e enraizado de conceitos, instituições, práticas e políticas que podem funcionar de

uma parte como recurso excelente e de outra como barreira dogmática à ação. Parte do trabalho de um congresso como o nosso é discernir o que é útil e o que não o é mais, e seria estranho se de vez em quando as discussões sobre esse tema não fossem ásperas. E, afirmo, devemos fazê-las. Para terminar, quero salientar ainda um ponto. O método tradicional de intervenção marxista passou por um partido político de vanguarda. Mas surgiram dificuldades pela sobreposição de um único objetivo, de um propósito específico sobre alguns movimentos anticapitalistas que têm uma multiplicidade de objetivos; como muitos outros comentaram, a confiança emancipatória do marxismo criou o perigo da sua própria negação. Libertar a humanidade em vista do seu desenvolvimento significa abrir-se à produção de diferenças, até dar lugar a contestações no interior e entre as singulares diferenças, antes que suprimi-las (este é um dos argumentos da direita e deveríamos levar em consideração o seu poder). Real enquanto oposta à mercantilização cultural, a divergência, por exemplo, pode ser, entretanto, facilmente interpretada como resultado da luta anticapitalista ou como oposta à produção de uma pessoa socialista unitária e homogênea. Depois de tudo, o capitalismo foi uma força hegemônica para a produção de uma pessoa capitalista relativamente homogênea e sobre isso se concentraram os sentimentos anticapitalistas. A causa socialista deve ser seguramente a favor da emancipação daquela branda homogeneidade como o é acerca da criação de condições análogas. Mas na situação atual temos ainda a necessidade de uma vanguarda. Não temos, por outra parte, necessidade de um partido que imponha um objetivo específico. O trabalho de síntese — e eu vejo este congresso como um gesto bem-vindo nessa direção — deve prosseguir. Sobre isso deve-se concentrar o trabalho de uma organização política de vanguarda, e não é pouco. Agora, ao trabalho!